



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES PESQUEIRAS DA GRANDE ARACAJU, SERGIPE, BRASIL

SOCIAL-ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN FISHING COMMUNITIES IN THE METROPOLITAN AREA OF ARACAJU, SERGIPE, BRAZIL

Eline Almeida Santos

*Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe
e-mail: elinegeo@hotmail.com*

Sindiany Suelen Caduda dos Santos

*Centro de Ciências Biológicas e da
Saúde/Departamento de Biologia
Universidade Federal de Sergipe
e-mail: sindianysecs@gmail.com*

Rosemeri Melo e Souza

*Departamento de Engenharia Ambiental
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de Sergipe
e-mail: rome@ufs.br*

Renata Maria de Almeida Sampaio

*Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento e Meio Ambiente
Universidade Federal de Sergipe
e-mail: renatasampaioufs@yahoo.com.br*

RESUMO

O modo de produção existente tem levado a enormes mudanças no setor da pesca decorrentes da exploração da natureza pelos diversos atores sociais, a diminuição da oferta de peixes e expansão das disputas nas zonas costeiras e ribeirinhas; situação que gera cenários de conflito. Assim, este estudo teve como objetivo analisar os conflitos ambientais gerados na área de pesca da Grande Aracaju, Sergipe, a partir da relação entre os atores envolvidos. Estruturado em três seções, o estudo foi orientado por aspectos da pesquisa qualitativa. Foram realizados levantamento documental de dados secundários e pesquisa de campo, esta, caracterizada pela observação sistemática, participante e pela aplicação de

entrevistas semi-estruturadas e registros fotográficos. A definição da amostra foi proveniente da aplicação da técnica "bola de neve" (bola de neve), onde houve a seleção dos indivíduos: pescadoras (es), representantes da comunidade, representantes da comunidade de pesca e funcionários públicos. A área espacial corresponde aos povoados Jatobá na cidade de Barra dos Coqueiros e povoado Taiçoca em Nossa Senhora do Socorro, porção oriental de Sergipe. Diferenças nos perfis entre os atores sociais nos dois locais, resultantes de jogos de diferentes interesses em áreas de potenciais ecológicos e econômicos pertinentes, tais como o sistema estuarino-mangue, contribui para a intensificação dos conflitos na área de pesca. Este cenário é suportado pela ausência de uma gestão política eficaz e falta de planejamento, que pode ser a causa da provável expansão dos conflitos ambientais e pôr em perigo a existência dos recursos naturais, contribuindo para as disputas nas áreas de uso coletivo. Assim, a gestão eficiente e eficaz da zona costeira deve ser considerada como um ponto de partida para minimização conflito.

Palavras-chave: Pesca; População tradicional; Disputa territorial; Gestão Ambiental.

ABSTRACT

The existing mode of production has led to enormous changes in the fisheries sector, arising from the exploitation of nature by various social actors, of the reduced supply of fish and expansion of disputes in coastal and riverine areas; situation that generates conflict settings. This study aimed to analyze the environmental conflicts generated in the fishing area of Greater Aracaju, Sergipe, from the relationship between the actors involved. Structured in three sections, the study was guided by aspects of qualitative research. Documentary survey of secondary data and field research were conducted, this characterized by systematic observation of the participants and the application of semi-structured interviews, in addition to and photographic records. To the sample, was used technical application "snowball" (snowball), where there was the selection of individuals: fisherwomen (men), community representatives, representatives of the fishing community and government officials. The space area corresponds to Jatoba town in the city of Barra dos Coqueiros and populated Taiçoca in city of Socorro, eastern portion of Sergipe. Differences in the profiles between social actors in both locations, from games of different interests in areas of potential ecological and relevant economic, such as the estuarine mangrove system, contributes to the intensification of conflicts in the fishing area. This scenario is supported by the absence of an effective policy management and lack of planning, which can be the cause of the likely expansion of environmental conflicts and can even endanger the existence of natural resources, contributing to the disputes in the areas of collective use. Thus, the efficient and effective management of the coastal zone must be regarded as a starting point for minimizing conflict.

Keywords: Fishing; Traditional population; Territorial dispute; Environmental management.

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o padrão de consumo tem delineado a lógica de dominação da natureza, em que o homem é externalidade e a natureza é objeto de exploração desordenada. Essa lógica é a principal condutora da degradação ambiental, marcada pela redução dos elementos constituintes dos diversos ecossistemas naturais e pelo aumento dos problemas socioambientais, os quais comprometem a base de sustentação de inúmeras populações tradicionais.

No tocante à pesca artesanal, o modo de produção vigente tem provocado intensas modificações no setor pesqueiro, decorrentes da exploração da natureza pelos atores sociais, da diminuição da oferta do pescado e da ampliação de disputas no espaço litorâneo e ribeirinho. Características estas que emergem ou ampliam cenários de conflitos a depender dos interesses quanto aos usos da sociedade.

Os conflitos de cunho socioambiental caracterizam-se como aqueles resultantes dos embates entre os grupos sociais que possuem diferentes modos de vida e são configurados quando pelo menos um dos atores sociais participantes do conflito tem sua base de sustento e/ou reprodução ameaçada (LITTLE, 2001).

A temática conflito socioambiental, apesar de ganhar espaço ao longo dos anos, principalmente nas ciências sociais, ainda não se reverteu em debate central nos assuntos que envolvem ambiente e sociedade, no sentido de minimizar questões que abarcam conflitos.

Plataiu et al. (2005) ressaltaram que o passo crucial para prevenção e minimização de conflitos socioambientais está em compreender os aspectos que abrangem tais conflitos. Para isso, é preciso identificar os atores e investigar suas posições frente às situações conflituosas.

Diante disso, este artigo revela-se importante por contribuir com discussões em torno da configuração dos conflitos gerados em meio às disputas pelos recursos naturais nas comunidades pesqueiras da Grande Aracaju e pela identificação de atores sociais que estão envolvidos de forma direta ou indireta nos processos de uso e ocupação do espaço pesqueiro.

Ressalta-se, nesse sentido, que a reprodução social e a soberania alimentar do grupo pesqueiro dependem do equilíbrio dos ambientes de pesca para garantir a

sobrevivência das populações tradicionais, bem como do próprio ambiente, aqui representado por estuários e manguezais.

Os estuários caracterizam-se como sistemas estabelecidos pela dinâmica da maré e do rio. Abrangem aspectos ecológicos, econômicos e sociais, pois são marcados pela presença de espécies de animais que o utilizam como meio para alimentação, reprodução e desenvolvimento, e pela realização de atividades econômicas importantes para as comunidades estuarinas, a exemplo da pesca, do turismo, da agricultura e da navegação (ALVES, 2006), fator que contribui para o crescimento de cidades em seu entorno e para ligação mítico-cultural dos habitantes locais com o meio.

Nas regiões estuarinas o sedimento do fundo é do tipo lamoso em sua maior parte, surgindo em suas margens um tipo de vegetação formada por árvores de mangues adaptadas para sobreviverem às condições físico-químicas destes ambientes (ALVES, 2006).

Os mangues aparecem como espécies de árvores ou arbustos típicos que compõem o sistema manguezal. Os manguezais designam um ecossistema formado por uma associação particular de fauna e flora, habitantes da faixa entremarés das costas tropicais baixas, distribuídos nos estuários, deltas, águas salobras interiores, lagoas e lagunas (VANNUCCI, 2002). Eles são encontrados em 123 países em todo o mundo e cobrem uma área estimada de 152.000 Km² (UNEP, 2014).

Dentre as funções socioambientais, o manguezal protege a linha costeira; atua como barreira mecânica contra a ação erosiva das ondas e marés; retém sedimentos carregados pelos rios; possui ação depuradora, atua como filtro biológico natural da matéria orgânica e como área de retenção de metais pesados; é ambiente de concentração de nutrientes; área de renovação da biomassa costeira; estabilizador climático (ROBERTSON, PHILLIPS, 1995; VANNUCCI, 2002; SCAVIA et al., 2002); barreira protetiva contra desastres naturais; provém meios de subsistência às populações e é ambiente de valorização cultural e estética para diversos povos (POLIDORO et al., 2010).

Por outro lado, o espaço pesqueiro, principalmente em comunidades litorâneas, é marcado pela presença de distintos atores sociais que usam e ocupam desordenadamente vários trechos do rio. Esta realidade tem contribuído para o

desmatamento do manguezal, poluição dos recursos hídricos e segregação da comunidade pesqueira.

Os pescadores artesanais correspondem ao grupo cujo modo de vida está assentado em práticas construídas na relação com o ambiente estuarino; nos saberes resultantes de práticas cognitivas e culturais que englobam uma trama de relações, definindo e estruturando a atividade.

A pesca estuarina é influenciada pela dinâmica do manguezal e o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento desse ecossistema, são revelados pelos saberes dos pescadores artesanais locais (ARAGÃO; MELO e SOUZA, 2015).

O reconhecimento da importância dos saberes de populações tradicionais que dependem dos ambientes pesqueiros para a sobrevivência está intrinsecamente ligado ao reconhecimento de que as populações tradicionais, também chamadas de protagonistas da conservação por Pinsard (2008), compõem indivíduos históricos, possuidores de um saber particular que, por sua vez, deve ser parte fundamental dos processos de conhecimento e, especialmente de gestão e manejo das áreas naturais (DIEGUES; NOGARA, 2005).

Nessa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo analisar os conflitos socioambientais gerados no espaço pesqueiro da Grande Aracaju, Sergipe, a partir das relações existentes entre os atores sociais envolvidos.

Para tanto, foi estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira apresenta o caminho metodológico seguido para a realização do estudo. A segunda, expõe as características geoambientais das localidades investigadas, com ênfase no uso e manejo dos recursos do sistema estuarino-manguezal pelas populações tradicionais. Já a terceira, aborda os conflitos socioambientais delineados na apropriação dos recursos pesqueiros na área de estudo, destacando os atores sociais envolvidos e os embates gerados no espaço da pesca. Por fim, foram feitas as considerações acerca da atuação das populações tradicionais como protagonistas da conservação, importantes para a manutenção das atividades desenvolvidas e para reprodução social do grupo.

Caminho metodológico aplicado à análise de conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras de Sergipe

A abordagem metodológica que estruturou o estudo esteve norteadada pelos aspectos de pesquisa qualitativa, delineada de acordo com Fraser e Gondim (2004) pela premissa de que toda ação humana tem um significado subjetivo ou intersubjetivo e que é preciso compreender uma realidade particular na sua complexidade.

O trabalho qualitativo contemplou as etapas: a) levantamento bibliográfico e documental dos dados secundários e b) pesquisa de campo, caracterizada pela observação sistemática e participante, bem como pela aplicação de entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos.

Na pesquisa de campo foi realizada, inicialmente, a observação com o registro dos acontecimentos percebidos em diários de campo. Esta etapa foi importante para o reconhecimento da área, dos atores tradicionais que compõem cada comunidade para a aplicação de entrevistas semiestruturadas.

No campo pretendeu-se compreender os elementos da trajetória de vida das comunidades tradicionais de Jatobá e da Taiçoca de Fora, destacando o perfil e as práticas sociais vividas.

A definição da amostra ocorreu a partir da aplicação da técnica “bola de neve” (snowball), que consiste, na primeira etapa, na seleção de indivíduos que atendem aos pré-requisitos estabelecidos. Desse modo, fizeram parte do grupo analisado: pescadoras, pescadores, representantes comunitários, representantes de colônia de pescadores e gestores públicos, totalizando em 60 atores entrevistados.

Em seguida, os dados coletados foram examinados à luz da análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2006), a análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas que avalia as comunicações através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, busca a obtenção de indicadores, sejam eles quantitativos ou não, os quais permitem a inferência de conhecimentos ligados às condições de produção e/ ou recepção das mensagens, trazendo à tona as significações do conteúdo.

Para enfatizar as análises, alguns trechos de conversas durante as entrevistas foram transcritos ao longo dos resultados e discussão, apresentando

simbologia com letras (P – pescadores e M – marisqueiras) e números. No caso dos números, estes foram determinados a partir do sequenciamento das entrevistas. Logo, P1 representa o primeiro pescador entrevistado, P2 o segundo e assim sucessivamente. O mesmo vale para marisqueiras.

Caracterização geoambiental das comunidades pesqueiras da Grande Aracaju

O recorte espacial do estudo corresponde aos povoados Jatobá, em Barra dos Coqueiros e Taiçoca de Fora, em Nossa Senhora do Socorro, porção leste de Sergipe. A seleção de tal recorte ocorreu por apresentar populações que têm nas atividades extrativistas a principal fonte de renda. Além disso, essas comunidades integram uma região dinâmica marcada por significativas transformações em sua paisagem: a Grande Aracaju (Figura 1).

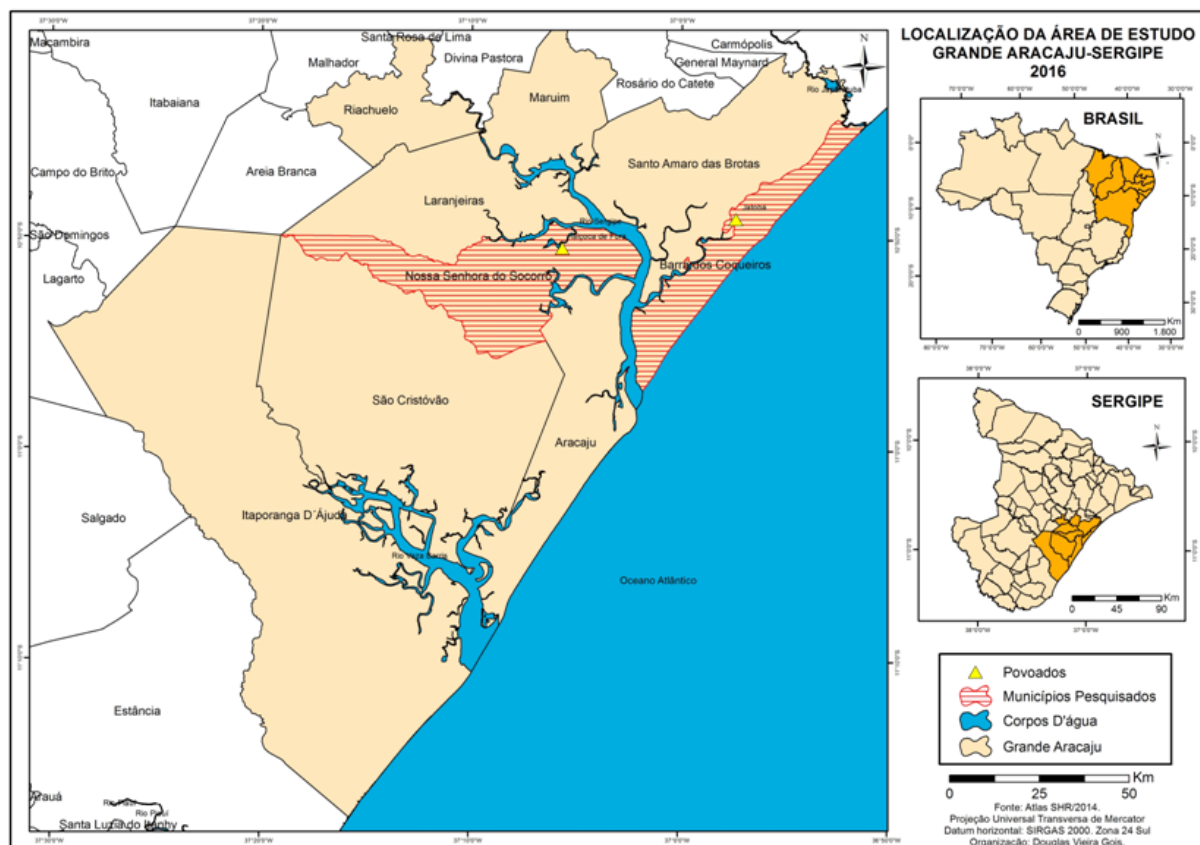


Figura 1 – Localização da área de estudo
Fonte: Atlas SRH, 2014.

De acordo com a regionalização do ano de 2007, a Grande Aracaju, composta por nove municípios¹ é classificada consoante aspectos que se assemelham em suas dimensões econômico-produtivas, geoambientais, sociais, político-institucionais e culturais (SEPLAN /SUPES, 2009).

A Grande Aracaju concentra 45% da população sergipana, o que corresponde a cerca de 58% da população urbana do estado, segundo dados do IBGE (2010). O crescimento populacional desordenado das cidades e os serviços urbanos precários (falta de infraestrutura de saneamento, de abastecimento de água, de sistema adequado para escoamento das águas pluviais, para a disposição e coleta dos resíduos) têm propiciado a degradação do sistema estuário-manguezal.

O rio Sergipe que margeia essas localidades e percorre aproximadamente 210 Km da área costeira, encontra-se com a qualidade de suas águas afetada, principalmente, devido ao intenso processo de urbanização que ocorre em seu entorno. Por conseguinte, os recursos naturais provenientes desse rio e de seus afluentes, a destacar os rios Pomonga e Cotinguiba, têm sofrido redução, refletindo nas atividades tradicionais desenvolvidas e na geração dos conflitos socioambientais que serão detalhados na próxima seção.

3.1- Comunidade Jatobá-Barra dos Coqueiros

Existem dois perfis de pescadores no povoado Jatobá: os que pescam na praia de Jatobá e aqueles que realizam a pesca apenas no Rio Pomonga, que divide os municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro e exhibe o cenário de manguezais inseridos no estuário.

Para aqueles que se identificaram como pescadores do mar, a escolha do local para pesca depende do que se quer pescar. A atividade é feita na costa ou a cerca de 20-30 milhas distantes do continente.

A pesca com rede de espera é a técnica mais utilizada para captura dos peixes e é praticada por todos os pescadores. As redes são feitas de fios de náilon confeccionadas por marisqueiras casadas com pescadores, as quais também foram entrevistadas, ou por esposas já aposentadas pela pesca. A prática da pesca com

¹ Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Maruim, Itaporanga d'Ajuda e Riachuelo.

linha de mão é herdada de “povos antigos” e merece atenção por se tratar de uma forma tradicional não predatória de uso dos recursos naturais, desenvolvida por comunidades tradicionais (DIEGUES; NOGARA, 2005).

No que se refere à renda², ficou constatado que 54,5%, dos 23 entrevistados no povoado Jatobá, conseguem ter até um salário mínimo ao mês. Esses pescadores não exercem nenhum outro tipo de atividade e sobrevivem apenas da pesca. Embora os 45,4% também dependam da pesca para sobreviver, esses possuem renda complementar equivalentes à aposentadoria do parceiro ou parceira, ou até mesmo da própria aposentadoria, pois não deixaram de pescar, e a renda fornecida pelo programa do Governo Federal Bolsa Família. Além disso, todos os pescadores contam com o seguro defeso em épocas de proibição legal da pesca para subsistência.

Quanto à comercialização, esta é feita por duas vias: 63,63% dos pescadores vendem o pescado diretamente no Mercado Municipal de Aracaju e os 36,36% restantes vendem a mercadoria para atravessadores de Jatobá. Neste último caso o lucro é menor, mas alegaram que vender o peixe no mercado torna-se dispendioso, já que eles gastam dinheiro com transporte e tempo deslocando-se até a capital sergipana para vender o peixe.

Assim como os pescadores, as catadoras de mariscos também pescam na praia e na área de manguezal do rio Pomonga. Elas são reconhecidas legalmente como pescadoras, quando registradas na colônia de pescadores, e defendem o manguezal como principal ambiente para a realização do trabalho feminino pesqueiro. Na localidade, as espécies endêmicas de mangues predominantes são a *Laguncularia racemosa* (L.) Gaertn.f.; e a *Rhizophora mangle* L. Também é encontrada a espécie de transição entre manguezal e restinga, *Conocarpus erectus* L.

As catadoras de mariscos aprenderam a prática com os pais, ou com parentes próximos que já realizavam a atividade e trataram de deixar os modos de vida expressos nas gerações atuais ou com os maridos pescadores. Elas também disseram que levam as filhas para o manguezal para ensiná-las o mesmo procedimento.

² Mês e ano de coleta dos dados: janeiro de 2011.

O que se observa dessa forma é a necessidade de continuação da prática da mariscagem, que alimenta inúmeras famílias e deve ser deixada para as próximas gerações.

A mariscagem, quanto ao modo de captura, é feita de forma singular, assim como na pesca. Com o uso dos dedos das mãos, as pescadoras retiram os mariscos que se pode encontrar na região, como o sururu, por exemplo. Já os recursos pesqueiros são capturados com a rede de pesca. Todas as entrevistadas utilizam a rede de pesca.

Mais da metade das marisqueiras entrevistadas, juntamente com seus maridos, conseguem obter até um salário mínimo³ por mês com a comercialização dos recursos catados e pescados, a depender da época e disponibilidade dos recursos da natureza no rio e na praia. Foi contabilizado o valor de 57,14% para as pessoas que ganham até 1 salário mínimo e o valor restante, 42,86% através de outras atividades complementares, dentre elas: como diaristas fazendo faxina, ou desenvolvendo artesanato, ou trabalhando em creche. Outras complementam a renda através do recebimento da “bolsa família” e chegam a obter até 3 salários mínimos.

Os produtos coletados são comercializados especialmente com pessoas da localidade e de regiões vizinhas que fazem encomendas, sendo 42,85% destinados para este fim. Outras 71,42% alegaram utilizar os mariscos e os recursos pesqueiros para o consumo próprio da família. Já 57,14% comercializam os produtos na beira da estrada em barracas ou saem pelas ruas oferecendo os produtos por onde passam, ou então vendem na feira que acontece em Barra dos Coqueiros.

Assim como em Jatobá, o povoado Taiçoca de Fora também apresenta populações que vivem de práticas tradicionais e utilizam o território da pesca como objetos de sobrevivência.

Comunidade Taiçoca de Fora- Nossa Senhora do Socorro

O povoado Taiçoca de Fora dista 5 Km de Aracaju e possui uma população residente de aproximadamente 6000 habitantes (UBS⁴, 2011). Localiza-se numa

³ Mês e ano de coleta dos dados: janeiro de 2011.

⁴ Unidade Básica de Saúde

área urbano-periférica que apresenta características rurais e encontra-se dividido nas localidades *Bolandeira*, *Barreira* e *Canabrava*.

O ambiente natural do povoado é caracterizado, principalmente, pelo manguezal presente ao longo do estuário do rio Cotinguiba, pertencente a Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe. Ele é bem explorado, pois a maior parte dos residentes sobrevive da pesca.

A pesca é desenvolvida por homens e mulheres nos rios localizados nos arredores da comunidade (rio Cajaíba, rio Parnamirim, rio da Vila, rio de Maruim, etc.). É importante frisar a divisão do trabalho estabelecida na pesca, que geralmente confere ao homem as atividades nas águas e à mulher as atividades na terra. Esse fato é visualizado no povoado quando se trata da coleta do sutinga (*Mytella charruana*), um dos principais mariscos extraídos na localidade. A coleta é realizada por homens; com raras exceções, algumas mulheres realizam em pontos do rio de pequena profundidade. Cabe à mulher a separação do molusco do envoltório e a sua venda.

Dessa maneira, as mulheres pescadoras da Taiçoca de Fora capturam com maior frequência mariscos como sururu (*Mytella guyanensis*) e ostra (*Crassostrea rhizophorae*); enquanto os homens desenvolvem atividades no canal fluvial extraíndo uma variedade de espécies de peixe dentre elas: robalo (*Centropomus* spp.), tainha (*Mugil curema*), bagre (*Tachysurus* spp), carapeba (*Diapterus rhombeus*), curimã (*Mugil* spp.) etc.

De acordo com o capataz, Zé Linheiro, no ano de 2010 existiam no povoado aproximadamente 250 pescadores, dentre estes 80 seriam marisqueiras. Os pescadores locais são registrados na Colônia Z-1 com sede em Aracaju e a Z-6, localizada no Conjunto João Alves Filho (Nossa Senhora do Socorro).

Com base nos inquiridos, na localidade são encontrados o mangue sapateiro, também denominado de mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue botão (*Conocarpus erectus*).

A dinâmica do manguezal é intensamente influenciada pelas marés. Assim, na comunidade a atividade pesqueira é configurada a partir do ritmo da maré. Desse modo, o fluxo da maré determina as estratégias utilizadas, apetrechos e o trajeto a ser percorrido para o trabalho nos pontos de pesca. É o que Maldonado (1986) enfatiza ao afirmar que o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza, pelo

decorrer dos dias e noites no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies.

M1 *“Para cada maré e pescado existe uma rede.”*

M2 *“Depende do horário (a maré). Na maré cheia são maiores (sutinga) porque come mais. Na maré baixa ficam menores porque come menos.”*

Para chegar aos pontos de pesca utilizam pequenas embarcações a motor e/ou remo. O uso dos pontos ocorre de forma a existir uma rotatividade a fim de que o ambiente se recupere da ação.

Além de atividades ligadas à pesca, no manguezal da Taiçoca de Fora são encontradas práticas voltadas à criação de suínos e à carcinicultura. Atividades que contribuem com a degradação desse ecossistema e que aliadas à ocupação desordenada com o avanço de habitações subnormais, desmatamento, extração predatória de marisco e poluição através de efluentes doméstico e industrial intensificam ainda mais o processo.

A carcinicultura é uma atividade muito evidente na localidade, sobretudo na Bolandeira, onde existem antigas salinas que na atualidade funcionam como viveiros de camarão.

Para o desenvolvimento da carcinicultura faz-se necessário o desmatamento do manguezal, o que contribui para a redução do hábitat de espécies, a exemplo do caranguejo; da área de mariscagem, o que leva as pescadoras a se deslocarem para lugares mais distantes ou até mesmo abandonarem a atividade, provocando, desse modo, um impacto ambiental e social.

Outro ponto evidenciado na localidade refere-se ao escoamento dos esgotos domésticos e das águas da chuva em direção aos viveiros devido à falta de rede de esgoto sanitário, corroborando com a poluição destes e do rio.

Na Taiçoca de Fora, os impactos negativos no sistema estuário-manguezal são evidentes e a sua transformação ocorre em decorrência dos usos inadequados do ambiente que podem levar a extinção de algumas espécies que aí habitam e, conseqüentemente, afetar a prática pesqueira na localidade.

Arena dos conflitos: disputas no acesso e uso dos recursos naturais pelos diversos atores sociais

O conceito de conflito socioambiental, partindo da concepção de Little (2004), diz respeito às lutas sociais entre diversos grupos que possuem distintas formas de relacionamento, tanto com o meio social, como com o meio natural. O autor classifica os conflitos socioambientais em três tipos: conflitos em torno do controle dos recursos naturais; conflitos referentes aos impactos tanto ambientais como sociais, oriundos da ação humana e da natureza; e conflitos que dizem respeito à utilização dos conhecimentos ambientais, referentes a valores e modos de vida.

Salienta-se que o conceito socioambiental abarca três dimensões: o mundo biofísico, caracterizado pelos ciclos naturais; o mundo humano formado pelas relações e estruturas sociais; e a interação entre os dois mundos que baliza a complexidade da relação sociedade-natureza (LITTLE, 2001).

O estudo dos conflitos socioambientais só torna-se possível quando é realizada a análise dos atores sociais, os quais constituem peças-chave para sua efetivação, e quando se busca a compreensão dos interesses específicos dos atores participantes. Logo, para que o entendimento do conflito seja válido e confiável é preciso entender em quais posições os atores se situam e quais os objetivos de cada um (PLATIAU *et al.*, 2005).

Seguindo a concepção de Bourdieu *apud* Acselrad (2004), os atores sociais ocupam o espaço e distribuem-se a partir das diversas esferas de poder. Conforme o autor, os espaços configuram-se em dois tipos a partir de relações de poder: o primeiro espaço é o da distribuição do capital, que se diferencia entre os indivíduos desenvolvendo lutas sociais, econômicas e políticas, e o segundo espaço, o da luta simbólica, figurado no confronto das representações, valores, esquemas de percepção e ideias, que organizam as visões acerca do universo e legitimam os modos de distribuição de poder que são verificados no primeiro espaço. Portanto, as sociedades ao mesmo tempo em que transformam o meio natural imprimem no mundo seus diversos significados.

Tomando como base este contexto, o quadro 1 representa de que forma os atores sociais das comunidades Jatobá e Taiçoca de Fora estão organizados no que se refere ao uso e ocupação do espaço pesqueiro.

O referido quadro mostra como as diferenças de perfis entre atores sociais nas duas localidades, resultantes de jogos de interesses diversos em áreas de potencial ecológico e econômico relevantes, como é o caso do sistema estuário-manguezal, contribuem para o acirramento dos embates no espaço pesqueiro.

Tal panorama é corroborado com a ausência de uma política efetiva de gestão e planejamento, que pode ser a causa da provável ampliação de conflitos socioambientais e pode, ainda, pôr em risco a existência dos recursos naturais, além de contribuir com as disputas nos espaços de uso coletivo. Assim, o gerenciamento eficiente e eficaz da zona costeira deve ser considerado como ponto de partida na busca pela minimização dos conflitos.

É importante ressaltar que, manguezais e estuários, classificados como áreas úmidas pela Convenção Ramsar, são destacados pela relevância mundial que possuem em meio ao potencial ecológico singular. O Brasil possui um arcabouço de regulamentos e instituições que alicerçam a conservação dos manguezais.

A problemática da desigualdade socioambiental, grande responsável pela dominação dos espaços pesqueiros, por parte daqueles que têm poder aquisitivo considerável, e a redução das áreas de sobrevivência de populações tradicionais ainda persiste neste século. Assertiva que desponta conflitos.

Nesse ponto de vista, cabem aos órgãos estaduais de meio ambiente a execução de políticas em suas áreas de jurisdição (SCHAEFFER-NOVELLI, 1995). Em Sergipe, esta responsabilidade fica a cargo da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/SE), a qual, segundo o quadro 1 é citada como órgão ativo de atuação apenas no povoado Jatobá pelas comunidades, mas que tem atuação desconhecida na Taiçoca de Fora.

Nos dois casos, é preciso enfatizar a necessidade da participação efetiva dos órgãos ambientais, os quais também são responsáveis por garantir a conservação dos ambientes costeiros do estado, e promover ações educativas que valorizem as comunidades, que as tornem atualizadas sobre a importância da conservação do espaço pesqueiro e as auxiliem na valorização da identidade cultural como pescadores e pescadoras de direito.

Quadro 1 – Configuração dos conflitos socioambientais nas comunidades pesqueiras da Grande Aracaju

Atores do Conflito	Natureza	Dinâmica do conflito	
¹ Institucional (governamentais)	a) ADEMA ⁵ (J); b) EMBRAPA ⁶ (J); c) Governo do estado de Sergipe (J e T) d) IBAMA ⁷ (J e T) e) Ministério Público Federal e Estadual (J) g) Prefeitura Municipal de Barra dos Coqueiros (J); h) Petrobrás (J e T); i) Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca de Barra dos Coqueiros j) SEMARH ⁸ (J) k) UFS ⁹ (J) l) Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro; m) Confederação de Pescadores do Estado (T); n) Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro (T); o) Ministério da Pesca e Aquicultura (T)	1. Arenas social; econômica; ambiental; territorial e política: a), b), c), d), e), f), h), i), j), k) e m) 2. Arenas social; ambiental; territorial e política: g) 3. Arenas social; econômica; ambiental; territorial, política e cultural: l)	a)-(J)– atuação nos processos de desapropriação no povoado Jatobá. A APP está ocupada de forma irregular há quase 30 anos pelos atores não institucionais. b) – (J) – pesquisa e incentivo às comunidades tradicionais de catadoras de mangaba. c) – (J) - até então tem se mostrado neutro para o decreto da UC na área. c) - (T) – atua na execução de projetos de Educação para as populações da Taiçoca, com enfoque para alfabetização e organização em cooperativas. d)- (J) - atuação nos processos de desapropriação no povoado Jatobá. d)-(T) – fiscalização do cumprimento das normas referentes aos modos de pesca. e)- (J)- atuação nos processos de desapropriação no povoado Jatobá g) e j)- (J) – criação de uma UC de proteção integral em área de sustento de comunidades tradicionais. h) (J) – apropriação dos espaços da zona costeira utilizados por comunidades pesqueiras artesanais. Como forma de minimização dos conflitos e dos impactos ambientais negativos, por designios do IBAMA, a empresa atua junto com a UFS na realização do “Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras Bacia Sergipe/Alagoas”, PEAC. h) (T) – ocupação de áreas costeiras e perigo de lançamento de resíduos no rio. i)-(J) - tentativa de manter o que resta de biodiversidade através da redução das pressões imobiliárias, principalmente em áreas de manguezal k)-(T e J) - pesquisa sobre impactos culturais, socioeconômicos e ambientais da área. l)-(T) – ocupação de áreas costeiras e perigo de lançamento de resíduos no rio. Como forma de minimização dos conflitos, as populações são contratadas como trabalhadores das indústrias. m)- (T) – atuação nas denúncias contra crimes ambientais.

Continua

⁵ Administração Estadual do Meio Ambiente

⁶ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

⁷ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁸ Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

⁹ Universidade Federal de Sergipe

Atores do Conflito		Natureza	Dinâmica do conflito
			<p>k) e n) - (T) – pesquisas referentes à coleta de dados sobre a organização e produção pesqueira.</p> <p>n)- (T) – desenvolvimento de atividades relacionadas à educação ambiental e à organização da pesca.</p> <p>o)-(T) – trata da política pesqueira. Problemática ligada ao cadastramento dos pescadores.</p>
² Institucional (não-governamentais)	a) Colônia de Pescadores (J e T)	Arenas social; econômica; ambiental; territorial, política e cultural	<p>a)- (J)</p> <p>1. O primeiro campo do conflito refere-se às dificuldades na pesca por conta da delimitação de territórios onde não se pode pescar. Os territórios são demarcados na área pela Petrobrás e pela área do porto da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).</p> <p>2. Desigualdade de gênero. As marisqueiras sentem-se excluídas em sua profissão por serem cadastradas como pescadoras e não como marisqueiras.</p> <p>a)- (T)</p> <p>1 Não existe aproximação da colônia com a comunidade;</p> <p>2 As mulheres não se sentem representadas e são colocadas em posição de inferioridade em relação aos homens;</p> <p>3 Segundo a comunidade, a colônia não atua de maneira efetiva na defesa dos pescadores e, por isso, elas não conhecem seus direitos.</p> <p>4 A colônia, por outro lado, afirma que a comunidade não é participativa, apesar de saberem das reuniões que são divulgadas.</p>
³ Não Institucional	<p>a) Donos de hotéis e de bares- (J)</p> <p>b) Marisqueiras- (J e T)</p> <p>c) Pescadores- (J e T)</p> <p>d) Sítiantes- (J)</p> <p>e) Veranistas- (J)</p>	Arenas social; econômica; ambiental; territorial, política e cultural	<p>a), b), c), d) e e) – (J) - O conflito socioambiental em torno de todos estes atores refere-se à atuação dos órgãos IBAMA e Ministério Público para a retirada da população da Área de Preservação Permanente.</p> <p>b) e c) – (T)</p> <p>1 Existe divergência entre as (os) pescadoras (es) locais.</p> <p>2 As mulheres sentem-se inferiores em relação aos homens. Além disso, as mulheres não têm prioridade de uso dos espaços pesqueiros.</p>

(J) – Informações sobre a comunidade Jatobá e (T) – Informações sobre as populações da Taiçoca de Fora

Fonte: As autoras, 2016.

Nos municípios, as políticas ambientais locais, o diagnóstico para zoneamento ambiental e os processos de licenciamento e fiscalização ambiental nas

áreas de competência ficam por conta das agências ambientais municipais (NIEBUHR, 2012). Contudo, estas práticas não são visualizadas nas localidades de modo a garantir a sustentabilidade do sistema estuário-manguezal e a redução de conflitos, o que configura mais um ponto negativo das relações mantidas entre o homem e espaço pesqueiro.

A efetivação da tomada de atitudes em favor da conservação ambiental é a chave para a condução de um processo de redução dos conflitos e para garantia de direitos. Mas para que isso aconteça é necessário fortalecer e executar políticas de planejamento e gestão do espaço pesqueiro, através da atuação dos órgãos ambientais das esferas federal, estadual e municipal, em consonância com atores de interesse, desde que o objetivo final seja proteger os estuários e manguezais e manter viva a equilibrada relação entre ambiente pesqueiro e populações tradicionais.

A legitimação de um desenvolvimento sustentável é um passo importante rumo à redução de pressões sobre o meio ambiente e até mesmo à diminuição dos conflitos, à melhoria das condições biofísicas do sistema natural e à permanência de formas de uso, desde que estas respeitem o potencial de uso da natureza.

Considerações finais

A relação sociedade-natureza no que concerne à apropriação dos recursos naturais tem sido definida a partir do modo de produção vigente, isto é, pelo padrão de consumo manifesto em cada sociedade.

No caso das comunidades pesqueiras, a relação harmoniosa estabelecida entre homem e o sistema estuário-manguezal é uma das formas mais eficazes de gerenciamento do ambiente, pois ao retirar do ambiente os recursos para a própria sobrevivência e lutar pela manutenção dos recursos através de práticas tradicionais, o pescador e a pescadora garantem que a dinâmica cíclica de reposição de recursos seja mantida.

Este cenário comum na costa brasileira é visualizado na Grande Aracaju, onde as comunidades investigadas, dos povoados Jatobá e Taiçoca de Fora, representam os atores sociais que sobrevivem em meio às disputas do espaço pesqueiro, com outros representantes de dominação do sistema estuário-

manguezal, sejam àqueles de cunho protetivo, a exemplo dos órgãos ambientais das esferas federal, estadual e municipal; ou degradante, como é o caso da presença de reconhecidas indústrias.

Nesse contexto, revela-se o leque de conflitos socioambientais reconhecido pelo modo como o homem limita de forma injusta seus espaços e cria uma relação entre sociedade e natureza submetida aos processos de desenvolvimento econômico.

Em observância aos argumentos apresentados, percebe-se que os impactos provenientes de tais ações desordenadas têm contribuído para a perda da biodiversidade, visto que os recursos naturais provenientes dessas áreas necessitam de manejo correto para a sua utilização sustentável.

Os estados e municípios devem criar espaços com restrições ambientais mais explícitas atendendo à realidade local. Destarte, a lei constitui um instrumento importante na condução do processo de redução dos conflitos ao delimitar de que maneira os espaços devem ser utilizados e ocupados.

As localidades pesquisadas indicaram a necessidade de pensar as dimensões socioinstitucionais e ambientais de forma integrada, considerando a ampliação dos conflitos socioambientais, que ocorre mediante a ausência de uma política efetiva de gestão e planejamento ambientais.

Assim, é necessário atentar-se para os perigos envolvidos quando os programas governamentais não levam em conta os interesses das comunidades que vivem dentro e no entorno de áreas protegidas, pois a continuidade da diversidade de culturas humanas é elemento fundamental para a constituição de sociedades pluralistas, democráticas e sustentáveis. Os conflitos socioambientais só podem ser resolvidos caso sejam solucionadas as discrepâncias de interesses que existem em torno dos variados objetos de disputa.

Referências

ACSERALD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. São Paulo: Relume Damara, 2004.

ALVES, J. do P. H. (Org.). **Rio Sergipe: importância, vulnerabilidade e preservação**. Aracaju, SE: ÓS Editora, 2006.

ARAGÃO, M. C. O.; MELO e SOUZA, R. A pesca artesanal na ilha Mem de Sá: metodologias participativas e o desvendar da realidade-imaginário. In: MELO E SOUZA, R.; SANTOS, S. S. C. dos; SANTOS, E. A. (Orgs.). **Vivências e práticas socioambientais**: metodologias aplicadas em comunidades. São Cristóvão, SE: GEOPLAN/CNPQ/ UFS, 2015. p. 78-90.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70 - Brasil, 2006.

DIEGUES, A. C. S; NOGARA, P. J. **O Nosso lugar virou Parque**: estudo sócio ambiental do Saco de Mamanguá – Parati, Rio de Janeiro. São Paulo: HUCITEC - NUPAUB/USP, 2005.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, nº 28, 2004. Disponível em:< <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/28/03.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=28&search=sergipe>>. Acesso em: mar. 2016.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de Ação-Política. In: BURSZTYN, M (Org). **A Difícil sustentabilidade política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. P 107-122.

_____. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO NACIONAL DA Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade,2, 2004. Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004. p.1-9.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NIEBUHR, P de M. Os limites da proteção jurídica dos manguezais. In: PASOLD, C. (Org.). **Ensaio sobre meio ambiente e Direito Ambiental**. 1ed. Florianópolis: Insular, 2012.

PINSARD, V. L. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume. Fapesp, 2008.

PLATIAU, A. F. B. *et al.* Uma Crise Anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

POLIDORO, B. A. et al. The Loss of Species: Mangrove Extinction Risk and Geographic Areas of Global Concern. **PLoS ONE**. v. 5 (4). 2010.

ROBERTSON, A.I.; PHILLIPS, M. J. Mangroves as filters of shrimp pond effluent: predictions and biogeochemical research needs. **Hydrobiologia**. v. 295. p. 311-321. 1995.

SCAVIA D et al. Climate change impacts on U.S. coastal and marine ecosystems. **Estuaries**. v.25p. 149-164. 2002.

SCHAEFFER- NOVELLI, Y. (coord.). **Manguezal**: Ecosistema entre a Terra e o Mar. São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995.

SEPLAN /SUPES- SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, HABITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO URBANO/ SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PESQUISAS. **Sergipe em dados**. v.1 (1995). Aracaju: SEPLAN /SUPES, 2009.

VANNUCCI, M. **Os Manguezais e nós**: uma síntese de percepções. Traduzido por Denise Navas-Pereira. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

UNEP -United Nations Environment Programme. Destruction of Carbon-Rich Mangroves Costs up to US\$42 billion in Economic Damages Annually. In: **The Importance of Mangroves to people a call to action**. 2014. Disponível em: <<http://www.unep.org/newscentre/default.aspx?DocumentID=2796&ArticleID=11005#sthash.emJ9s9Tw.dpuf>. Acesso em 20 de set. de 2015.